

CELSO MARCELO DE OLIVEIRA

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial, do Instituto Brasileiro de Direito Bancário, do Instituto Brasileiro de Direito Societário, do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor e do Instituto Brasileiro de Direito Tributário. Membro da Academia Paranaense de Direito Empresarial, da Academia Brasileira de Direito Processual Civil da Academia Brasileira de Direito Constitucional, da Academia Brasileira de Direito Tributário, da Academia de Letras do Brasil, Academia de Cultura de Curitiba e União Brasileira de Escritores. Membro associado da Association pour l'Étude de la Réparation du Dommage Corporel, e do Institut de Recherches sur le Droit de la Responsabilité Civile et des Assurances da American Chamber of Commerce e Associação Portuguesa de Direito do Consumo.

A Nova Reforma do CPC

Comentários à Lei nº 11-187, de 20.10.2005 e à Lei nº 11.232, de 22.12.2005

Freitas Bastos Editora

347.91/.95(81)(094.4)
Reform.
O48n



DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

O46n

Oliveira, Celso Marcelo

A nova reforma do CPC / Celso Marcelo de Oliveira - Rio de Janeiro:

Freitas Bastos, 2005. 254 p.; 21 cm

Inclui bibliografia

ISBN 85-353-0336-7

1. Processo civil. I. Título.

CDD- 347.8105

347.91/.95(81)(094.4)

Reform.

O48n



Índice Geral

Nota Introdutória	XIX
--------------------------	------------

I. MODERNO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Introdução ao Estudo: do Direito Processual Civil	2
2. Breve Histórico do Processo Civil	8
3. Evolução Científica do Direito Processual Civil	14
4. Direito Processual Civil no Brasil	15
5. Reformas no Código de Processo Civil	24
6. Processo de Revisão da Legislação Processual Civil	30
7. Pacto pelo Judiciário e os Projetos de Leis de Alterações ao Código de Processo Civil	39
8. Processo Digital no Sistema Processual Europeu	41
9. Atos Processuais Eletrônicos em Portugal	43

II. SISTEMÁTICA RECURSAL NO PROCESSO CIVIL

10. Teoria Geral dos Recursos	45
11. Conceituação Jurídica dos Recursos	41
12. Natureza Jurídica do Recurso	48
13. Princípios Fundamentais dos Recursos Cíveis	49
14. Princípios Informativos e Fundamentais do Processo Civil	50
15. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	51
16. Princípio da Taxatividade	53
17. Princípio da Singularidade	54
18. Fungibilidade dos Recursos	55
19. Atos Processuais Sujeitos a Recursos	60
20. Atos do Juiz de 1º Grau	61
21. Atos Proferidos nos Tribunais	62
22. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito dos Recursos	63
23. Natureza Jurídica do Juízo de Admissibilidade	66
24. Efeitos do Juízo de Admissibilidade	66
25. Efeitos do Juízo Positivo de Admissibilidade no Órgão de Interposição	66
26. Efeitos do Juízo Negativo de Admissibilidade no Órgão de Interposição	68
27. Efeitos do Juízo Positivo de Admissibilidade no Órgão Julgador do Recurso	69
28. Efeitos do Juízo Negativo de Admissibilidade no Órgão Julgador do Recurso	59
29. Requisitos de Admissibilidade dos Recursos	69

347.91/.95(81)(094.4)
Reform.
O48n



30. Cabimento do Recurso	72
31. Pressupostos Extrínsecos	77
32. Fato Extintivo ou Impeditivo do Poder de Recorrer	78
33. Juiz de Mérito dos Recursos	79
34. Efeitos do Exame de Mérito	79
35. Efeitos Jurídicos do Recurso	83

III RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO

36. Agravo de Instrumento	86
37. Breve Histórico do Agravo de Instrumento	87
38. Agravo de Instrumento no Direito Comparado	93
39. Conceitos Jurídicos do Agravo de Instrumento	94
40. Natureza Jurídica do Agravo de Instrumento	95
41. Pressupostos de Admissibilidade do Agravo de Instrumento	95
42. Juízo de Admissibilidade	96
43. Cabimento do Recurso de Agravo	97
44. Legitimação e Interesse no Recurso	97
45. Requisitos Processuais do Recurso de Agravo	98
46. Pressuposto Específico: Impugnação de Decisão Interlocutória	99
47. Atos Judiciais Objetáveis por Agravo de Instrumento	100
48. Recurso contra os Provimentos Judiciais em Processos Incidentes	101
49. Fato Impeditivo ou Extintivo do Poder de Recorrer	102
50. Efeitos do Agravo de Instrumento e b Dano Irreparável	102
51. Procedimento para a Interposição do Agravo	103
52. Prazo Recursal e Tempestividade	104
53. Certidão de Intimação, Peças Obrigatórias e Facultativas	107
54. Regularidade Formal Preparo e Mérito no Recurso	111
55. Traslado da Petição nos Autos Principais	116
56. Juízo de Retratação	118
57. Processamento do Recurso de Agravo nos Tribunais	120
58. Recebimento e Distribuição do Agravo	121
59. Atos Processuais do Relator	121
60. Efeito Devolutivo e Suspensivo	124
61. Agravo Ante Ato do Relator	126
62. Demais Atos procedimentais	127
63. Prazo para o Julgamento do Recurso	127
64. Novo Regime Processual do Recurso de Agravo	128

347.91/.95(81)(094.4)
Reform.
O48n



IV. RECURSO DE AGRAVO RETIDO

65. Agravo Retido	132
66. Agravo Retido Comum	133
67. Agravo Retido Oral	133
68. Interposição de Agravo Retido Oral nas Audiências	134
69. Processamento do Recurso de Agravo Retido	134
70. Juízo de Retratação do Agravo Retido	135
71. Agravo Retido como Preliminar do Recurso de Apelação	135
72. Prazo no Recurso de Agravo Retido	136
73. Outras Espécies de Agravo	137
74. Agravo Retido e as Alterações da Lei nº 10.352/01	137

V. RECURSO DE AGRAVO NA NOVA REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

75. Quadro Comparativo das Alterações Processuais do Agravo	139
76. Nova Disposição Legislativa do Artigo 522	145
77. Decisões Interlocutórias e o Agravo Retido	145
78. Decisão, Suscetível de Lesão Grave e de Difícil Reparação	146
79. Cabimento do Novo Recurso de Agravo Retido	147
80. Desnecessidade de Preparação Novo Recurso	148
81. Nova Disposição Legislativa do Artigo 523	148
82. Conhecimento do Recurso de Agravo Retido	148
83. Processamento do Recurso de Agravo Retido	149
84. Juízo de Retratação no Novo Recurso	149
85. Agravo Retido na Audiência de Instrução e Julgamento	150
86. Nova Disposição Legislativa do Artigo 527	151
87. Processamento do Recurso de Agravo, de Instrumento	151
88. Atos Processuais do Relator	151
89. Negativa Liminar de Seguimento do Recurso	151
90. Conversão do Agravo de Instrumento em Agravo Retido	152
91. Discricionariedade do Ato do Relator do Recurso	153
92. Reconsideração da Decisão do Relator que Converte o Regime de Agravos	154
93. Recurso contra a Decisão do Relator	154
94. Problemas da Conversão do Recurso de Agravo	154
95. Efeito Suspensivo do Recurso	157
96. Antecipação da Tutela Total ou Parcial	157
97. Comunicação ao Juiz da Decisão, no Recurso	157
98. Requisição de Informações ao Juiz da Causa	157
99. Intimação e Defesa do Agravado	157
100. Intervenção do Ministério Público	158

347.91/.95(81)(094.4)
Reform.
O48n



101. Reforma da Decisão do Relator do Recurso	158
---	-----

VI. NOVAS ALTERAÇÕES NA SISTEMÁTICA DO RECURSO DE AGRAVO

102. Nova Disposição Legislativa do Artigo 552	160
103. Julgamento do Agravo Contra Decisão do Relator	160
104. Inclusão em Pauta de Julgamento	161
105. Nova Disposição Legislativa do Artigo 554	161
106. Direito de Sustentação Oral	161
107. Julgamento de Agravo Interno	161
108. Julgamento de Agravo Contra Decisão de Reforma do Acórdão	162
109. Novo Processamento do Agravo nos Tribunais Superiores	162
110. Negativa da Admissibilidade do/Recurso Especial e Extraordinário	162
111. Conhecimento do Agravo de Instrumento no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal	162
112. Possibilidade de Interposição do Agravo Regimental	163

VII NOVAS ALTERAÇÕES NA SISTEMÁTICA DA FASE DE CUMPRIMENTO DAS SENTENÇAS NO PROCESSO DE CONHECIMENTO

113. Sentença Judicial	164
113.1. Requisitos da Sentença de Mérito	166
113.2. Relatório na Sentença	166
113.3. Conclusão na Sentença	167
113.4. Sentença Citra ou Infra Petita, Extra Petita e Ultra Petita	167
113.4.1. Sentença Citra ou Infra Petita	167
113.4.2. Sentença Extra Petita	169
113.4.3. Sentença Ultra Petita	169
113.5. Fundamentação da Sentença e a Nulidade Processual	169
113.6. Publicação da Sentença	171
113.7. Correção de Inexatidões Materiais e Erros na Sentença	171
113.8. Embargos de Declaração em Sentença Judicial	171
113.8.1. Obscuridade, Dúvida ou Contradição na Sentença	171
113.8.2. Omissão de Fato na Sentença	172
113.8.3. Prazo para Interposição dos Embargos de Declaração	172
113.9. Tipos de Sentença Judicial	172
113.9.1. Sentença Declaratória	173
113.9.2. Sentença Constitutiva	173
113.9.3. Sentença Condenatória	174

347.91/.95(81)(094.4)
Reform.
O48n



114. Nova Classificação de Sentença na Lei -1-1.232/2005	176
115. Novos Requisitos e dós Efeitos da Sentença	177

VIII. NOVAS ALTERAÇÕES NA SISTEMÁTICA DA EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO JUDICIAL

116. Liquidação de Sentença	178
116.1 Forma de Liquidação	178
116.2. Intimação do Requerimento de Liquidação de Sentença	179
116.3. Pendência de Recurso	179
116.4. Procedimento Comum Sumário e a Fixação de Valor	179
116.5. Cálculo Aritmético e Memória Discriminada e Atualizada	179
111. Liquidação por Arbitramento	180
117.1. Processamento da Liquidação por Arbitramento	180
117.2. Liquidação por Artigos	180
117.3. Recurso Cabível em Liquidação	180
118. Cumprimento da Sentença	181
118.1. Condenação ao Pagamento de Quantia Certa e Multa	182
118.2. Impugnação Processual	183
118.3. Efeito Suspensivo da Impugnação	184
118.4. Títulos Executivos Judiciais	184
118.5. Execução Provisória da Sentença	185
118.6. Cumprimento da Sentença	186
118.7. Indenização por Ato Ilícito e Prestação de Alimentos	187

IX. NOVAS ALTERAÇÕES NA SISTEMÁTICA DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E NO PROCESSO MONITÓRIO

119. Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	188
119.1. Nova Matéria em Discussão nos Embargos	189
120. Novo Procedimento dos Embargos Monitório	189
120.1. Constituição de Título Executivo Judicial	190

X. LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL EM RECURSOS E EXECUÇÃO EM TÍTULO JUDICIAL

121. LEI N° 8.950, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994 Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos aos recursos	191
122. LEI N° 9.139, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1995 Altera dispositivos da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, que tratam do agravo de instrumento	198

347.91/.95(81)(094.4)
Reform.
O48n



123.	LEI N° 9.756, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998. Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais	201
124.	LEI N° 10.352, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2001. Altera dispositivos da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, referentes a recursos e ao reexame necessário	206
125.	LEI N° 11.187, DE 19 DE OUTUBRO DE 2005. Altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conferir nova disciplina Ao cabimento dos agravos retido e de instrumento, e dá outras providências	210
126.	LEI N° 11.232, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Altera a Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estabelecer a fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento e revogar dispositivos relativos à execução fundada em título judicial	212
XI. BIBLIOGRAFIA		224

347.91/.95(81)(094.4)
Reform.
O48n

